



1 **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA**
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – ADUFMAT – SEÇÃO SINDICAL,**
3 **REALIZADA NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2018.** Aos quatro dias do mês de setembro de
4 dois mil e dezoito (às 14h00h em primeira chamada e às 14h30m em segunda chamada),
5 professores se reuniram em assembleia geral ordinária da ADUFMAT para discutir a seguinte
6 pauta: **1) Informes; 2) Análise de conjuntura e a construção do dia de luta e denúncia do**
7 **orçamento federal e da Emenda Constitucional 95/2016 – 05 de setembro de 2018; 3) Ações**
8 **judiciais ADUFMAT: 3,17% (Francisco Faiad); 28,86% (Alexandre Pereira); Ação sobre**
9 **obrigatoriedade de recolhimento de valores para Previdência e Seguridade Social e verbas**
10 **indenizatórias; e, proposta de ação para nulidade das novas Orientações Normativas**
11 **(MPOG), que retiram adicional de insalubridade, periculosidade e irradiação (José Formiga);**
12 **4) Contratação de dois bolsistas.** As mesas foram compostas pelos professores Reginaldo Araújo,
13 Maelison Neves e Maria Adenir Peraro na Sede em Cuiabá e Onice Dall'Oglio na Subseção Sinop.
14 Reginaldo Araújo abriu a assembleia cumprimentando os professores de Cuiabá, de Barra do
15 Garças e de Sinop e colocou a pauta em apreciação que foi aprovada com a inversão do ponto de
16 pauta 2 pelo 3, iniciando pelas **ações judiciais da ADUFMAT.** Carlos Sanches propõe a
17 rediscussão de uma representação contra o juiz César Bearsi executor da sentença dos 28,86%.
18 Reginaldo Araújo sugere discutir esse assunto junto com o ponto de pauta sobre os 28,86%. Passou-
19 se aos **Informes**, Maelison Neves fez um informe sobre a reunião das IFEs para avaliação de
20 conjuntura e construção de ações de luta contra a EC95/2016 e corte no orçamento das
21 universidades. Foi aprovado calendário de ações para outubro e novembro, sendo a campanha
22 contra assédio moral e sexual nas IFEs em outubro e no mês de novembro campanha de combate ao
23 racismo. Também foi aprovada uma proposta para discutir o ajuste salarial dos professores, pois na
24 Tabela aprovada em 2013 o valor da RT vai caindo. Há um decréscimo da remuneração inicial para
25 a final, o que fere a Constituição porque ocorre perda salarial e também porque são reajustes
26 diferenciados na Carreira. Outro informe sobre as atividades da ADUFMAT no dia 20 de setembro,
27 iniciando com uma palestra do professor Fernando Reis às 14h sobre os impactos do ajuste fiscal e
28 as políticas de corte dos orçamentos das universidades, após terá a feira do livro e mais uma edição
29 do Lusco Fusco. Reginaldo Araújo informou sobre o Edital para contratação de contadores para a
30 ADUFMAT, falando que tem 66 inscrições e que os professores do Departamento de Contabilidade
31 da UFMT estão ajudando no processo de seleção. A seguir, passou-se ao ponto de pauta **Ações**

Puro



ADUFMAT – Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso

32 **judiciais ADUFMAT: 3,17% (Francisco Faiad); 28,86% (Alexandre Pereira); Ação sobre**
33 **obrigatoriedade de recolhimento de valores para Previdência e Seguridade Social e verbas**
34 **indenizatórias; e, proposta de ação para nulidade das novas Orientações Normativas**
35 **(MPOG), que retiram adicional de insalubridade, periculosidade e irradiação (José Formiga).**
36 Sobre a **ação dos 3,17%** o advogado Francisco Faiad já elaborou uma nota informativa que foi
37 enviada a todos os professores sindicalizados e não tem nenhuma novidade. Sobre a **ação dos**
38 **28,86%**, Reginaldo Araújo informou que a AGU mandou uma carta para a ADUFMAT solicitando
39 uma retratação pública sobre as matérias publicadas criticando as ações do Procurador Osvalmir
40 para a suspensão do pagamento dos 28,86% aos professores. Informou que a ADUFMAT,
41 cumprindo deliberação de assembleia, protocolou uma denúncia contra o Procurador Osvalmir que
42 tem dedicação exclusiva, mas recebe da UNISELVA por serviços prestados e também recebe CD
43 da Universidade. Salientou que além do procurador ser dedicação exclusiva, também defende a
44 UFMT nos contratos com a UNISELVA e isso gera conflito de interesse. A seguir passou a palavra
45 ao advogado Alexandre Pereira que fez um breve histórico das decisões sobre a ação dos 28,86%. O
46 advogado Alexandre informou que foi feita uma petição dizendo que os 28,86% não foram
47 absorvidos. Falou sobre o agravo de instrumento em 2013, que na época a Procuradoria fez uma
48 petição em branco dizendo que foi absorvido em 2009. O Acórdão 2013 informava que não foi
49 absorvido que era para pagar para todos os professores, inclusive sobre as gratificações. Falou sobre
50 o julgamento do mérito da execução. Disse que o mérito já havia sido julgado. Esse agravo de
51 instrumento cheio de vícios e que já perdeu, é o que o procurador Osvalmir se apega. Informou que
52 já foi a Brasília duas vezes para conversar com o desembargador sobre esse recurso e como é verba
53 alimentar é prioridade e que o desembargador que estava de férias retorna no dia 5 de setembro. Os
54 advogados já conversaram com a assessoria do Desembargador para entrar em pauta no mês de
55 setembro. Informou que o juiz César Bearsi não voltou atrás na sua decisão, assim os advogados
56 entraram com mais um pedido de liminar. Tem a reclamação e o agravo de instrumento que é mais
57 completo e leva um tempo maior para julgar. Mas se ganhar a liminar o Juiz César Bearsi tem que
58 cumprir. Estão trabalhando para que esse processo entre na pauta e seja votado em setembro.
59 Reginaldo Araújo informou que sobre a solicitação de retratação, a Diretoria tomou a decisão de
60 não fazer essa retratação, pois foi decisão de assembleia. O advogado Alexandre informou que deu
61 a orientação para a ADUFMAT de que não precisa se retratar, pois foram colocados os fatos que
62 ocorreram para investigação. Sobre a ação é melhor esperar a intimação. Professora Cecília Arlene



63 Moraes disse que não entendeu algumas explicações e perguntou quem trabalha com essa ação no
64 escritório em Brasília. Perguntou se o recurso é de reclamação e questionou porque perdeu,
65 perguntou quem é o Desembargador responsável pela ação, quem serão os desembargadores que
66 vão fazer a análise? Disse que o procurador Osvalmir é pago para defender o erário público com
67 unhas e dentes, se não defender ele vai para a rua, quem assina a denúncia é o Reginaldo Araújo.
68 Muitas vezes o Desembargador pode não atender o advogado, mas pode atender o professor
69 Reginaldo Araújo nessa demanda que vai beneficiar a todos os professores. O advogado Alexandre
70 informou que sobre o Desembargador ele pode julgar de ofício, mas como é uma questão complexa,
71 deve ser julgado pelo colegiado. Sobre o Procurador Osvalmir, disse que ele extrapola suas
72 atribuições e persegue professores, é nisso que não concordamos. Sobre o nome do Reginaldo
73 Araújo foi decisão de assembleia entrar com essa ação e o Procurador entrou contra o Presidente do
74 Sindicato. Carlos Sanches fez uma reivindicação para esclarecer o fundamento do processo, pediu
75 para passar essa representação para os sindicalizados. Disse que quer uma cópia dos documentos
76 sobre o procurador Osvalmir. Enfatizou que ele persegue os professores individualmente e que ele
77 age assim porque ninguém faz nada para denunciar. Questiona porque ele não faz nada sobre a obra
78 do Hospital Julio Muller e de outras obras paralisadas na UFMT, já que ele defende a Instituição.
79 Falou de uma representação contra o juiz Bearsi já aprovada em AGO, ao Conselho Nacional de
80 Justiça. Reginaldo Araújo falou que não lembra dessa representação contra o Juiz Bearsi ter sido
81 deliberada em assembleia. Sobre o processo dos 28,86%, Reginaldo Araújo informou que no site da
82 ADUFMAT tem um link com todas as fases do processo. Maelison Neves disse que a mudança de
83 posicionamento do Juiz Bearsi, faz parte de uma política de “cala boca”, que quando não funciona
84 usa a força policial. Disse que as matérias da ADUFMAT estão dentro do que se chama de
85 liberdade de expressão. É o momento da ADUFMAT tomar uma posição forte contra esse
86 Procurador. Ele tem feito uma perseguição aos professores. Assim, encaminha que seja feita uma
87 denúncia à Comissão do ANDES-SN que recebe as denúncias contra perseguição a professores de
88 universidades. Professora Cecília Arlene Moraes disse que na área jurídica vale o que está escrito,
89 os despachos são feitos em cima do que está escrito. O Procurador não é funcionário da UFMT, é
90 funcionário da AGU. Disse que a diplomacia é melhor do que a briga, sugere chamar o procurador
91 Osvalmir para uma AGO da ADUFMAT e solicitar a ele uma explicação. O advogado Alexandre
92 esclareceu que nada mudou sobre a decisão do Juiz César Bearsi, disse que ele mudou de ideia e
93 que ele está descumprindo o Acórdão. O Juiz deveria ter nomeado um perito para fazer as contas e



94 ver se realmente o percentual de 28,86% foi absorvido no salário dos professores. Ele mudou de
95 ideia depois de seis decisões favoráveis. Professora Kátia Morosov disse que concorda com o
96 Maelison Neves, nesse caso alguém da AGU julgando alguém da AGU. Sua preocupação é do
97 ponto de vista financeiro, pois não estamos numa situação tão boa financeiramente. Questiona se
98 teremos fôlego financeiro para bancar essa ação. Pergunta ao advogado Alexandre qual a sua
99 perspectiva? Disse que valeria a pena discutir em termos de horizonte, quais as perspectivas que
100 temos de fato? O advogado Alexandre explica que as perspectivas são boas. Disse que esse Agravo
101 308 está dando vida à uma questão já julgada e o procurador se atém a ele. Sobre o retroativo é uma
102 questão de tempo. O transito em julgado deve se dar em torno de 2020 ou 2021. A questão do
103 direito processual está do nosso lado. Reginaldo Araújo disse que o procurador não respeita o que é
104 direito, o Cesar Bearsi é Juiz de primeira região e como ele desrespeita uma decisão. Disse que a
105 professora Kátia Morosov tem razão, que podemos sofrer ações, salientou que a ADUFMAT sofre
106 ataques todos os dias. Existe um movimento para deixar os sindicalistas com medo. O advogado
107 Alexandre explicou que os aposentados que receberam Acórdão do TCU para retirar os 28,86% e
108 devolver, não tem que devolver. O próprio TCU fala que o servidor que recebeu de boa-fé, não é
109 preciso devolver e a UFMT está pedindo para devolver, indo contra uma orientação do TCU. A
110 professora Alice Sabóia disse que o Dr. Osvalmir está fazendo a parte que compete a ele, nós é que
111 temos que correr atrás dos nossos direitos. Nós conseguimos o direito aos 28,86%, independente do
112 Procurador perder o prazo ou não. A universidade perdeu a ação rescisória e a decisão do Juiz César
113 Bearsi. O país está em crise e todos sabemos que o judiciário tem privilégios que nenhum outro
114 funcionário público tem. Assim ele está reservando o dinheiro dele. Essa causa é perdida
115 politicamente, pois o governo não tem interesse de pagar, assim vai protelar até o fim. Quando os
116 juízes estão com raiva do executivo dão causa ganha aos servidores públicos, mas quando estão de
117 bem não dão ganho de causa. Carlos Sanches disse que em 2013 o processo foi finalizado no TCU
118 com o pagamento dos 28,86% e em 2015 foi tirado os 28,86% sem nenhuma decisão nova,
119 salientou que foi uma decisão política. Estamos vivendo um tempo em que não existe mais estado
120 de direito. A professora Cecília Arlene Moraes falou que existe a possibilidade de o sindicato ter
121 que pagar indenização. A professora Marluce Souza e Silva disse que os juízes não lêem e os
122 processos estão eivados de vícios, lacunas e continuam indo para instâncias superiores. Nesse
123 momento chega no sindicato um processo que está eivado de vícios e não podemos nos abster de
124 denunciar. A Justiça brasileira sempre foi assim. Sobre porque o Juiz Bearsi mudou de idéia,

Quise



125 responsabilidade da justiça, mas a maior é dos administradores da UFMT, é preciso chamar a
126 Reitora Myrian para prestar conta do serviço que presta a sociedade. O advogado Alexandre faz as
127 considerações finais, respondendo a professora Alice Sabóia, explicando que a ação rescisória
128 modifica transito em julgado, apenas quando tem direito, e a universidade não conquistou o direito
129 com a perda do prazo. Na ação principal, que são embargos de execução, já se decidiu que não há
130 mais que falar em compensação no processo. Porém, com embargos de declaração do procurador
131 Osvalmir, eles conseguiram protelar. O próprio Procurador não cita que o instrumento em que se
132 baseia é o embargo de declaração, inferior à decisão principal do processo. Nosso processo nem
133 chegou no TRF, a UFMT perdeu todos os prazos e não fez pagamento das custas. Nosso processo
134 só ganhou por isso. Poderíamos ter perdido no mérito, se a UFMT tivesse respeitado os prazos e
135 procedimentos, mas não o fez. Eles se baseiam em uma decisão viciada, induzida a erro pelo agravo
136 de instrumento vergonhoso, que nem tem coragem de citar nas decisões deles. Sobre a devolução do
137 que já recebemos, garanto que não haverá devolução: servidor que recebe de boa-fé não tem que
138 devolver ao erário. As decisões recentes sobre devolução são absurdas. O Advogado Alexandre
139 informa que em suas notas não fala sobre suas ações, publicamente. Entregará para a diretoria uma
140 cópia da reclamação e do agravo de instrumento para consulta, mas sem divulgação. Ao fim da fala
141 do advogado, o professor Reginaldo Araújo passa para os encaminhamentos: i) proposta do Carlos
142 Sacher para fazer uma reclamação sobre o juiz Bearsi por suas decisões monocráticas e
143 equivocadas. A professora Cecília Arlene Moraes se posiciona contrariamente ao encaminhamento
144 do Carlos Sanchez, ao defender que nosso foco são os 28,86%. Alair Silveira também se posiciona
145 de forma contrária. Kátia Morosov cita pedido de documento sobre respostas da SGP sobre cálculos
146 de incorporação ou não dos 28,86% e solicita se isso já foi encaminhado. O professor pede que seja
147 publicado o documento com nossos cálculos periciais. O advogado Alexandre informa que nosso
148 perito apresentou seus cálculos e a UFMT apresentou os dela. A estratégia é não entrar nessa
149 discussão, senão, entraremos na teoria da UFMT. O professor Reginaldo Araújo encaminha para a
150 votação e o Advogado Alexandre fala que entrar contra o juiz somente piorará a situação. A
151 professora Alice Sabóia pergunta se o juiz irá se retratar, e Advogado Alexandre informa que não.
152 **Em regime de votação:** i) proposta do Carlos Sanches: **Entrar com ação contra o Juiz César**
153 **Bearsi**, por 3 abstenções, um pedido de declaração de voto e ampla maioria contrária, o
154 encaminhamento não foi aprovado. Em sua declaração de voto, Carlos Sanchez informa que
155 Sindicato faz confronto direto, mas lamenta que tenhamos tomado essa posição mesmo tendo

Dance



156 nossos direitos atacados; ii) Proposta do professor Maelison Neves de levar à Comissão do
157 ANDES-SN a denúncia sobre perseguição de dirigente da ADUFMAT, aprovada por ampla maioria
158 e 06 abstenções; iii) Proposta da professora Marluce Souza e Silva de convidar Reitora na
159 Assembleia e falar sobre o posicionamento da universidade sobre os 28,86%, com 6 votos
160 contrários, uma abstenção, 4 votos favoráveis em Sinop, por maioria, foi aprovada a convocação da
161 reitora para apresentar explicações sobre os 28% em assembleia. A professora Cecília Arlene
162 Moraes encaminha que se convoque o Procurador Osvalmir para vir a assembleia. Alair Silveira se
163 manifesta contrária à proposta da Cecília Arlene Moraes. A seguir passou-se a discussão da **Ação**
164 **sobre obrigatoriedade de recolhimento de valores para Previdência e Seguridade Social e**
165 **verbas indenizatórias; e, proposta de ação para nulidade das novas Orientações Normativas**
166 **(MPOG), que retiram adicional de insalubridade, periculosidade e irradiação (José Formiga),**
167 Carlos Formiga informou sobre uma ação proposta em 2008 sobre a incidência da insalubridade no
168 adicional de férias que já está em andamento. Agora uma nova proposta de ação coletiva pela
169 declaração de nulidade da Orientação Normativa n.º. 06 do MPOG para retirada de insalubridade,
170 essa normativa criou mecanismos para restringir direitos que a própria Lei não restringe. Queremos
171 atacar a fonte das negativas nos processos administrativos e precisamos de aprovação da categoria
172 para que possa ingressar com essa ação. Reginaldo Araújo informa um movimento do governo
173 federal, desde 2016, de retirada do direito à insalubridade. O professor Pignati já discutiu que mais
174 importante que lutar pela indenização de colocar nossa vida em risco, devemos lutar pelo direito a
175 espaços salubres. Servidores atuando no mesmo espaço, o celetista ganha 20% de insalubridade,
176 trabalhador da EBSERH ganha 15% e professor ou técnico ganha 10%. Se ele sair para outro
177 trabalho administrativo e voltar para o serviço depois, recebe menos que antes de sua saída, criando
178 desigualdades dentro do mesmo ambiente de trabalho, inclusive já temos ações individuais a
179 respeito. Defende que a assembleia aprove e que o advogado entre na justiça. **Em regime de**
180 **votação** a proposta da ADUFMAT entrar com uma ação para insalubridade para todos os
181 professores que atuam em locais insalubres, aprovada com uma abstenção. A professora Alice
182 Sabóia pede uma ação de Inconstitucionalidade da Lei da Carreira. Maelison Neves informou que o
183 ANDES-SN irá discutir essa questão na reunião de Diretoria, e aguardamos a resposta, pois outras
184 Seções Sindicais também estão solicitando. A mesa propõe a suspensão do ponto de pauta sobre
185 Análise de Conjuntura e ir direto a discussão do ponto de pauta 4, contratação de dois bolsistas o
186 que foi aprovado com uma abstenção. Passou-se a discussão do ponto de pauta **contratação de dois**



187 **bolsistas**, Maria Adenir Peraro apresenta a proposta do GTSSA sobre melhorias para acolhimento
188 dos sindicalizados, principalmente os professores aposentados. A diretoria discutiu e decidiu
189 encaminhar implementação dessa reivindicação, considerando que já estávamos discutindo com
190 Porto Carrero a readequação do ambiente interno e ampliando para revitalização da jardinagem e
191 colocação de mesas nas áreas de sombra. Defende-se que esse espaço será mais apropriado para
192 realização de eventos de recreação para os sindicalizados. O professor Porto Carrero não vai cobrar
193 o projeto da parte externa mas solicita pagamento de bolsas para dois estagiários, por dois meses,
194 sendo 4 bolsas no valor de R\$ 400,00, totalizando R\$ 1600,00. Onice Dall'Oglio perguntou qual é o
195 trabalho que será realizado pelos estagiários. Ao que o Reginaldo Araújo explicou que eles vão
196 elaborar o projeto e acompanhar a execução da obra. Lorena Cardoso informa que não entendeu o
197 objeto da obra. O professor Reginaldo Araújo responde que os professores aposentados vêm com
198 frequência no sindicato e precisam de um espaço para acolhimento. Propõe-se fazer um tablado e
199 colocar alguns bancos, infraestrutura para realização de eventos como o lusco-fusco. Além disso, o
200 terreno acidentado coloca riscos de quedas para os professores. A Ideia é ornamentar o entorno do
201 sindicato e colocar infraestrutura de recreação. Lorena Cardoso disse que está preocupada com as
202 contas da ADUFMAT, que precisamos pensar no dinheiro da luta, entendendo que ficará caro.
203 Afirma que ficou preocupada com o termo “acompanhar obra”. A professora Marluce Souza e Silva
204 informa que essa reforma já foi aprovada em última assembleia. O professor Reginaldo Araújo fala
205 que o valor da obra ainda não foi aprovado, fala que temos hoje R\$ 700 mil reais e com uma
206 estrutura estável de arrecadação. Temos um fundo de greve, de reserva e que submeteremos o
207 projeto com valor para aprovação, antes de executar a obra. Nesse momento estamos discutindo se
208 gastaremos R\$ 1.600,00 ou não para pagamento dos bolsistas. Lorena Cardoso fala que gastar
209 R\$1.600,00 para uma obra de R\$ 5.000,00 é esquisito, isso não está batendo. Temos que ser
210 realistas e focar no combate às contrarreformas e adiar essa decisão. Se só de bolsista será
211 R\$1.600,00, imagine o valor da obra. A professora Maria Clara informa que essa demanda veio do
212 GT SSA por conta da insatisfação dos docentes diante da falta de acolhimento para os docentes.
213 Isso foi muito polêmico pois numa reunião de encontro de aposentados na APUFPR, houve uma
214 retaliação contra ela, reivindicando que tivéssemos a mesma condição que eles. Acusaram
215 diretoria de não cuidado do patrimônio. A professora Lorena Cardoso informa que podemos perder
216 a sede em Sinop, estamos quase perdendo o auditório. Se em Cuiabá pensamos em reforma, em
217 Sinop correm riscos de perder o espaço. Sinaliza a preocupação e acha isso muito delicado. Em

Onice



ADUFMAT – Seção Sindical do ANDES-SN
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso

218 regime de votação foi aprovada com um voto contrário e três abstenções. Às 17h13m foi encerrada
219 a AGO, que contou com a presença de 47 professores em Cuiabá, 01 no Araguaia e 08 em Sinop,
220 conforme assinatura nos livros de presença da Sede e das Subseções Araguaia e Sinop, pelo
221 Presidente da Mesa Reginaldo Araújo e Onice Teresinha Dall'Oglio, que lavrei e assinei a presente
222 Ata.

Onice Teresinha Dall'Oglio